



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

*Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

### RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE ALAGOAS

*Celia Maria Haas - UNICID*

*Alexsandre Victor Leite Peixoto - UNICID*

#### RESUMO

Esta pesquisa parte da seguinte questão: como Dirigentes das instituições privadas de educação superior de Alagoas concebem o conceito, e concretizam as ações, de responsabilidade social proposta em face do referencial teórico adotado por este trabalho. É uma pesquisa de natureza qualitativa com apoio teórico, entre outros, de Boaventura Santos, Calderón e Dias Sobrinho. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas dos mantenedores e dirigentes institucionais, complementada com o estudo dos relatórios sociais em e informações disponibilizadas nos sítios institucionais, quando existentes. Tem como objetivos a) compreender o conceito da responsabilidade social de instituições privadas de educação superior à luz do referencial teórico adotado, e b) Identificar o entendimento dos dirigentes das instituições privadas de educação superior de Alagoas sobre o conceito da responsabilidade social no seu segmento. A conclusão é que a responsabilidade social das instituições de educação superior é concebida e concretizada conforme os valores institucionais e os valores pessoais dos dirigentes, nem sempre convergentes com os valores e princípios sociais da região ou Estado em que estão inseridas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social, Políticas Públicas de Educação, Educação Superior.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

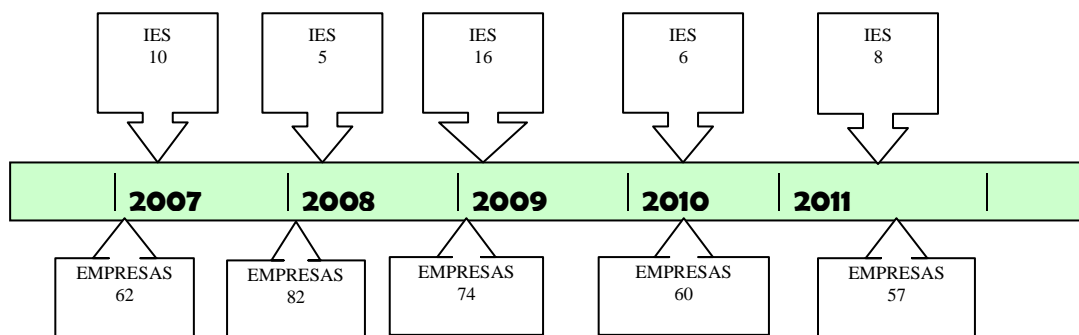
### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

#### Introdução

O tema desta pesquisa, “responsabilidade social das instituições privadas de educação superior do Estado de Alagoas”, é um corte proposto dentro de um debate maior que correlaciona políticas públicas e a legitimidade social das instituições privadas de educação superior.

Uma consulta ao cenário de pesquisas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, verificando quais as teses de doutorado e dissertações de mestrado que discutem sobre responsabilidade social visando apaziguar os questionamentos conceituais e identificar quais os objetivos desses estudos produzidos nos últimos cinco anos, incluindo-se 2007 e excluindo-se 2012 eis que esse último ano não estava disponível para acesso até 27 de abril de 2013, apresentou mil, seiscentos e sete (1.607) resultados quando usado como parâmetro de busca o termo “responsabilidade social”, os quais foram reduzidos para trezentos e oitenta e um (381) registros quando considerando a pertinência direta dessas pesquisas com a questão dissertativa em construção, após análise dos resumos de cada uma, sendo que, desses resultados, quarenta e cinco (45) dizem respeito às instituições de educação superior universitárias ou não, públicas ou privadas, e os restantes trezentos e trinta e cinco (335) têm por objeto as empresas em geral, conforme a Linha do Tempo a seguir

**Figura 1 – Linha do tempo de trabalhos depositados no Banco de Teses da CAPES, com o parâmetro de pesquisa “responsabilidade social”**



Fonte: Banco de teses da CAPES, 2013.

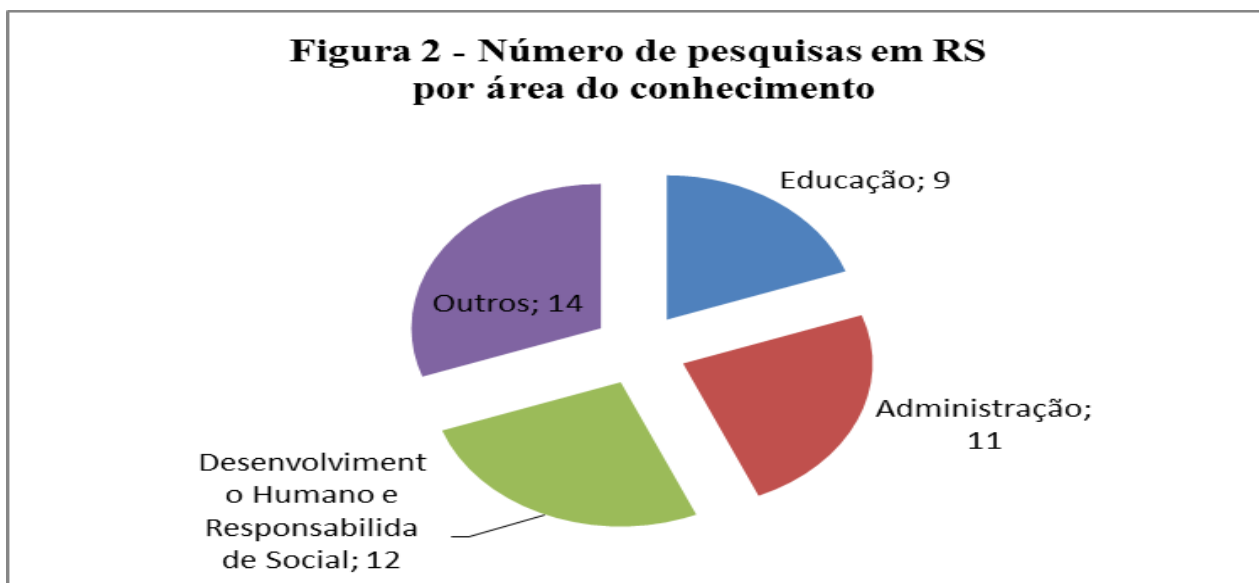
Portanto, apesar das Instituições de Educação Superior apresentarem-se como campo mais propício ao desenvolvimento da responsabilidade social, conquanto têm por fim precípua o desenvolvimento do próprio ser humano, são objeto apenas de 12,07% dos estudos que têm essa temática, e ainda assim, dessa percentagem apenas 19,57% são promovidas por pós-graduação stricto sensu em Educação.

O quadro que se segue permite visualizar a distribuição das pesquisas sobre responsabilidade social das instituições de educação superior conforme a área do conhecimento:



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*



Fonte: Banco de teses da CAPES, 2013.

Percebe-se, pois, que as pesquisas que se detêm sobre o tema da responsabilidade social são poucas quando se trata das instituições de educação superiores privadas. Essas pesquisas em maior parte estão alinhadas com abordagens empresariais, descuidando do fato de que a educação tem caráter público que transcende a mera atuação comercial. Por isso que a Administração é a área do conhecimento em que se inserem a maior parte das pesquisas relacionadas às instituições de educação superior correspondendo a 23,91% desses estudos.

A fim de melhor situar teoricamente o conceito de Responsabilidade Social, os autores como Boaventura SANTOS (1995), Calderón (2006), Dias SOBRINHO (2003), Dourado (2001) e Haas (2009) contribuíram para um maior aprofundamento no que se refere as discussões teóricas de tal temática. Esses autores também serão trazidos para elucidar os dados e contribuir para ampliação do entedimento conceitual.

Assim, esta pesquisa considera fundamental mapear os significados dados pelas instituições de educação superior, contextualizadas em dado cenário cultural e territorial, em face do referencial teórico apontado, o que permitirá desvendar os caminhos percorridos por essas organizações, podendo, assim espera-se, levar à reflexão das práticas locais tendentes à educação socialmente responsável.

Com tais considerações, este trabalho propõe, enquanto problema de pesquisa, a questão: como os Dirigentes das instituições privadas de educação superior de Alagoas concebem o conceito e concretizam as ações de responsabilidade social?

Foram então estabelecidos os objetivos seguintes:



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

- Comprender o conceito da responsabilidade social de instituições privadas de educação superior à luz do referencial teórico adotado.
- Identificar o entendimento dos mantenedores e dos dirigentes das instituições privadas de educação superior de Alagoas sobre o conceito da responsabilidade social no seu segmento.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, em que foi de fundamental importância compreender o contexto de dada realidade regional em face de políticas públicas de aplicação nacional, com pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, adotou-se uma abordagem qualitativa subsidiada com dados quantitativos. Conforme Alami, Desjeux e Moussaoui (2010, p. 25), as abordagens qualitativas são compreensivas, eis que o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados com ênfase na reflexão de significados subjetivos, buscando assim uma interpretação da realidade.

A primeira etapa consistiu no levantamento de dados com uma pesquisa documental de fontes primárias, nomeadamente de arquivos públicos disponibilizados na rede mundial de computadores, relatórios sociais eventualmente disponibilizados nos sítios institucionais da educação superior, e na interlocução com produção acadêmica da área já relatada na Introdução desta pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2002), os documentos de fontes primárias são

aqueles de primeira mão, proveniente dos próprios órgãos que realizam as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 23).

Optou-se como instrumento de coleta de dados a Entrevista, técnica em que o pesquisador se apresenta ao sujeito e lhe formula perguntas com o objetivo de colher os dados necessários à investigação. Entrevista pode ser definida como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 195).

Feitas essas considerações introdutórias, é possível afirmar que o resultado deste trabalho pode contribuir tanto teórica como socialmente, os dois aspectos sob os quais deve ser referenciada a relevância das pesquisas (LUNA, 2009, pág. 38). Para tanto, está estruturado em dois capítulos, iniciando-se com o capítulo I que aborda as possibilidades teóricas da Responsabilidade Social no contexto das Instituições Privadas de Educação Superior, e o capítulo II, que apresenta a percepção dos gestores da educação superior em Alagoas, relacionando-a à questão da pesquisa e aos objetivos propostos, demonstrando-se a metodologia proposta.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

#### **Responsabilidade social na educação superior**

No Brasil, as discussões sobre responsabilidade social ganharam destaque em face de políticas neoliberais coordenadas pelo Ministério da Reforma do Estado – MARE, cujos escopos foram melhor sistematizados no livro *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*, de autoria de seu maior gestor local, o Ministro Bresser Pereira (PEREIRA, 1996).

Diversos segmentos nacionais afetados interpretaram a reforma como uma transferência questionável da responsabilidade do Estado sobre áreas essenciais para o Terceiro Setor, como são denominadas as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que objetivam subsidiar o Estado na prestação dos serviços públicos (DOURADO, 2001).

Seriam mudanças que afetariam princípios e processos institucionais antigos e bastante arraigados à mentalidade educacional, como privilégios de pessoal (perda de estabilidade funcional, submissão ao regime precário de contratação da Consolidação da Legislação Trabalhista) e orçamentário (diversificação da fonte de financiamento). Não é de se estranhar, portanto, que em seus primórdios o debate sobre responsabilidade social da educação superior, por não fazer distinção teórica entre entidades de educação superior públicas ou privadas e ter suas origens reputadas no modelo capitalista que resultou na reforma de Estado da década de 1990, fosse objeto de inflamadas resistências entre os teóricos da educação.

Cabe registrar, outrossim, a inconveniência social das abordagens que, conscientemente ou não, propugnam uma visão utilitarista ou estrategista da Responsabilidade Social como sendo um projeto empresarial que atenda ao mercado e potencialize ganhos. Lohn (2009, p. 11), por exemplo, afirma em favor do utilitarismo da responsabilidade social na educação superior: “A implementação da Responsabilidade Social tem sido uma tarefa de difícil execução para as organizações, reportando como causa frequente resultados não satisfatórios ao posicionamento estratégico, pois seu sucesso não depende apenas de boas práticas sociais, mas também de fazer com que os projetos sociais tornem-se parte do negócio da organização”, demonstrando ponto de vista em que as práticas empresariais estão descomprometidas socialmente.

Inobstante a importância dos estudos indicados no parágrafo anterior, que apontam a responsabilidade social das instituições de educação superior como mera estratégia de oferecer ao indivíduo não aquilo que necessariamente acontecerá, mas aquilo como as coisas deveriam acontecer, o que Sennette (2006, p. 29) denomina conectividade narrativa, a revisão teórica subsidia a conclusão desta pesquisa de que nem o Estado e nem o mercado são instâncias neutras, desenhando a sociedade civil não como simples espaço privado articulado à produção e sim como mais um local de convergência do público e do privado, e negar essa realidade é desarticular as forças sociais que anseiam por uma comunidade democrática e justa socialmente. É omitir-se em lesa causa, negando-se ao enfrentamento da monopolização política do capital.

Necessário, portanto, verificar outras possibilidades teóricas da Responsabilidade Social na educação superior, pois, apesar desse tema, na seara universitária, estar contaminado por forte viés ideológico (Calderón, 2006), há que perceber-lhe a potencialidade para ajudar a pôr fim a



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

problemas alagoanos sem solução há vários séculos.

Falando na necessidade de um novo contrato social que dê igualmente um novo sentido ao desenvolvimento humano, Calderón (2006) destaca a dimensão formadora da educação superior, que transcende a mera formação acadêmica e informativa para proporcionar a autonomia do ser educando no sentido de aprender e pensar por si só, “ajudando-o a nutrir seus próprios ideais, sonhos e idéias e mostrando a realidade de um mundo com mais 1 bilhão de pessoas em situação de pobreza, das quais 815 milhões em estado de desnutrição” (CALDERÓN, 2006, p. 13).

A responsabilidade social, pois, desdobrando os princípios e valores reportados por Calderón no texto citado, quais sejam, a dignidade a pessoa, a liberdade, a integridade, do bem comum, a equidade social, do desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, a sociabilidade e solidariedade para a convivência, a aceitação e apreço à diversidade, a cidadania, a democracia e a participação, do compromisso com a verdade, a excelência, a interdependência e a transdisciplinariedade, seria intrinsecamente dependente da gestão universitária. O interessante nessa proposta é deixar evidente a importância da compreensão da estrutura da instituição de educação superior e como a responsabilidade social se articula no sistema institucional.

Sobressai a função relevante da gestão universitária, sem a qual os valores que dão substrato à instituição de educação superior seriam dispersados antes mesmo que emergissem às faces externas da entidade. O próprio autor, entretanto, adverte ser a gestão um dos empecilhos ao cumprimento da responsabilidade social da educação superior, pois, diante da dicotomia criada artificialmente pela legislação brasileira entre mantenedoras e mantidas, a gestão administrativa, “conduzida por especialistas em administração empresarial, que desconhecem a dimensão pública do ensino superior” (CALDERÓN, 2006, 18), pode vir a se tornar uma estrutura autônoma, em que a procura do lucro faça abafar os reclamos do desenvolvimento humano que vem da base piramidal, depondo as armas das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Daí a legítima preocupação com o uso do chamado “currículo oculto”, quer dizer, uma vivência acadêmica contraditória com o discurso e com os documentos políticos institucionais, “Ou seja, a exemplo do que se verifica com os desejos inconscientes de uma pessoa, os quais se revelam, antes de mais nada, nos atos falhos do dia-a-dia” (Vallaeys, 2006, p. 43).

No mesmo sentido, Wagenberg (2006)

É lamentável não serem poucos os casos de práticas irregulares em universidades. A luta para produzir lideranças éticas e solidárias estará perdida, caso as universidades continuem com seu duplo discurso, ou seja, ministrando aulas de ética e responsabilidade social, de um lado, e, de outro, envolvendo-se em práticas contrárias à sua missão (WAGENBERG, 2006, p. 30).

Como uma área sensível aos reclamos da eficiência econômica, ao tecnicismo e à racionalidade do lucro, a gestão administrativa, detentora do poder de contratar ou demitir, fomentar ou racionar, aprovar ou reprovar, pode, com as práticas irregulares mencionadas por Wagenberg (2006) submeter os princípios éticos à faceta econômica e assim desarticular as



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

forças transformadoras da instituição. Por isso a Responsabilidade Social não pode se reduzir aquilo que as empresas “ouvem”, ou aquilo que querem ouvir, chegando ao ponto de caracterizarem-se “ações discricionárias”.

Uma questão em aberto em todas as discussões sobre responsabilidade social consiste em saber qual a natureza do dever de ser responsável socialmente. Afinal, do próprio termo “responsabilidade” se pode extrair, além do sentido puramente ético resultado de escolha livre e individual do sujeito “esclarecido” de seu papel na sociedade, outro sentido igualmente aceitável no sentido de responsabilidade como obrigação de responder legalmente por alguma coisa. No primeiro caso, Abbagnano (1962)

O conceito de R. inscreve-se pois, em um conceito determinado de liberdade; e também na linguagem comum diz-se que uma pessoa é responsável ou elogia-se seu senso de R. quando se pretende dizer que a pessoa em questão inclui nos motivos de seu comportamento, a previsão dos possíveis efeitos do próprio comportamento (ABBAGNANO, 1962, p. 671).

Essa conotação de responsabilidade, segundo se extrai da passagem acima, é em tudo compatível com a visão dos que veem a responsabilidade social das instituições de educação superior como manifestação ética-individual dessas instituições. Na segunda acepção, afirma De Plácido SILVA (2009)

Forma-se o vocábulo de responsável, de responder, do latim respondere, tomado na significação de responsabilizar-se, vir garantido, assegurar, assumir o pagamento do que se obrigou ou do ato que praticou.

Em sentido geral, pois, responsabilidade exprime a obrigação de responder por alguma coisa. Quer significar, assim, a obrigação de satisfazer ou executar o ato jurídico, que se tenha convencionado, ou a obrigação de satisfazer a prestação ou de cumprir o fato atribuído ou imputado à pessoa por determinação legal. (SILVA De Plácido, 2009, p. 471).

Por esse último sentido, o sujeito deve assegurar um resultado ao qual se obrigou, seja positivo ou negativo, isso é, obrigando-se a fazer ou deixar de fazer algo, respondendo juridicamente quando não atingido o resultado prometido.

Assim, as políticas sociais institucionais não podem ficar a critério apenas da conduta ético-moral das instituições de educação superior, visto a natureza humana residir no desejo natural de um homem sobrepujar o outro (HOBBS, 2006), os conflitos gerados na relação entre instituições de educação superior e os sujeitos a elas relacionados externa ou internamente exigem uma terceira força que faça a mediação entre os conflitos existentes, sob pena de admitir-se parâmetros econômicos de interesses egoísticos, pela percepção do que seria negativo sob o ângulo de quem deve prestar contas, um ângulo, pois, naturalmente propício à contemporização do que foi “gasto” e de “quanto custou”.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

Parece, entretanto, haver um certo tabu sobre a possibilidade da responsabilidade social, como compromisso assumido entre as instituições de educação superior e os sujeitos que lhe são relacionados, ser avaliada juridicamente, o que fica evidente na omissão das pesquisas revisadas no banco de teses da CAPES em admitir a regulamentação da responsabilidade social. Por isso que Pertile (2008) distingue dois fenômenos envoltos na categoria do dever, um a Responsabilidade Social e o outro o Compromisso Social, esse último como mero adimplemento dos deveres legais básicos da empresa, e aquele primeiro no sentido do transcender aos deveres básicos para obrigar as empresas a se conduzirem por meio de ações sociais que extrapolam os deveres básicos:

O compromisso empresarial é o cumprimento das obrigações básicas de uma empresa com seus diversos públicos. A constituição de uma empresa nada mais é do que uma promessa, ou um acordo tácito, que a mesma faz à sociedade onde está inserida de que exercerá suas atividades honrando os compromissos com seus funcionários, financiadores, acionistas, com o Governo e com a sociedade (...). Mas levando em consideração que a totalidade de ações divulgadas pelas empresas pode ser considerada como de compromisso social empresarial, pode-se concluir que apenas aquelas que não revertem em prol da lucratividade e do marketing institucional são entendidas como de responsabilidade social empresarial (Pertile, 2008, pag. 59/60).

O caráter jurídico, pois, não é incompatível no trato da responsabilidade social na educação superior, desde que entendido aqui de modo diferente do satisfazer-se em cumprir a legislação em vigor no tocante às obrigações empresariais, atendendo além disso à políticas sociais internas formuladas democrática e expressamente para esse fim mediante acordos documentados com os sujeitos relacionais, e um marco legal é conveniente científica e socialmente não somente para contribuir para a construção de um conceito menos caótico, mas exatamente para chamar as instituições de educação em geral à responsabilidade pelas possíveis omissões quanto às demandas sociais que lhes competem em face dos efeitos produzidos pela suas atividades. Como propõe Vallaey (2006)

Ética reguladora para fins de auto-organização: servir aos interesses de todos permite corrigir, de modo permanente, os erros (retro-alimentação) e assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio da organização (qualquer interesse não atendido terminaria, com o tempo, por afetar seu funcionamento) (VALLAEYS, 2006, p. 38).

Sob tal ótica, a Responsabilidade Social deve materializar-se em documento formulado em interação com a sociedade (e não apenas ouvindo alguns indivíduos localizados, em formalismo estéril) e em consonância, tanto quanto possível, com as políticas públicas formuladas pelo Estado, cujo documento resultante pode ser avaliado social e juridicamente visando seu contínuo aperfeiçoamento. Nesse contexto, a responsabilidade social é vista como





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

instrumento que uniría a sociedade e as instituições de educação superior socialmente engajadas a fim de proporcionar o desenvolvimento científico, cultural e econômico de uma dada região, como propõe Haas (2009)

Assim, pautados na análise sobre a possibilidade de construção de um diálogo interdisciplinar, verificamos que as universidades privadas buscam, na prestação de serviços e na extensão, responder aos anseios das comunidades em que se encontram inseridas. A prestação de serviços, além de ser uma das vias pela qual é possível a realização de projetos de pesquisa comprometidos com as demandas regionais, é também uma exigência das áreas com graves problemas sociais (HAAS, 2009, p. 26).

Importante destacar no posicionamento de Haas o caráter dialogal interdisciplinar da responsabilidade social por intermédio da extensão. Tendo a dimensão formativa da educação superior acentuado destaque no conceito de responsabilidade social, a extensão, como local natural da formação experimental por ser "um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2012, p. 15), permite o desenvolvimento do caráter democrático e solidário dos educandos quando imersos nos serviços ofertados à população, promovendo a formação de cidadãos responsáveis, aptos a contribuir solidariamente para o desenvolvimento social

Se a responsabilidade social reputa-se fator de superação das crises da educação superior visto ajudar as instituições de educação superior a refletirem sobre seu papel e sua missão, deve superar a abordagem assistencialista, porquanto "no assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e 'domesticação' do homem" (FREIRE Paulo, 1969, p. 58)

Opúnhamo-nos a estas soluções assistencialistas, (...) Em primeiro lugar, contradiziam a vocação natural da pessoa – a de ser sujeito e não objeto, e o assistencialismo faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação. Em segundo lugar, contradiziam o processo de 'democratização fundamental' em que estávamos situados. (...) O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo que, impondo ao homem o mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para desenvolvimento ou a 'abertura' de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. (...) O assistencialismo (...) é uma forma de ação que rouba ao homem as condições à consecução de uma das necessidades fundamentais de sua alma – a responsabilidade. (...) É exatamente por isso que a responsabilidade é um dado existencial. Daí não pode ser ela incorporada ao homem intelectualmente, mas vivencialmente. (FREIRE Paulo, 1969, p. 57-58).



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

O assistencialismo, na forma condenada acima por Paulo Freire, é uma faceta da filantropia utilitarista que, como visto, tem por escopo manipular as demandas sociais em favor dos ganhos empresariais. Nada impede do ponto de vista jurídico que ações extensivas resultem em acréscimo de renda às instituições, desde que não sejam “contabilizadas” sob a alcunha “social”, porque, nesse caso, diante do desvirtuamento de seu escopo, foram desmobilizadas como vetor de formação humanística, apesar do serviço prestado à sociedade.

Essas e outras dificuldades na abordagem da extensão, nomeadamente a ausência de políticas extensivas sérias, podem ser suplantadas de dois modos: o primeiro, com a adoção de uma política efetiva de responsabilidade social educacional, em que a extensão seja estruturada como cerne da vivência solidária do alunado, portanto, assumindo a instituição de educação superior uma participação ativa na construção da coesão social, no instigamento dos valores democráticos e da diversidade cultural, com o combate á exclusão social. Ainda assim, para que cumpra este papel “é preciso evitar que ela seja orientada para actividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários” (SANTOS Boaventura, 2004, p. 54), pois, do contrário, estaria a renunciar ao seu papel crítico em favor do utilitarismo econômico.

O segundo modo, instituindo a problemática do desenvolvimento humano como tema transversal e prioritário em todas as carreiras, o que implica em entronizar na cultura pedagógica institucional a vivência social como caminho natural de aprendizado (CALDERÓN, 2006, 19).

Nesse passo, a responsabilidade é mais que um instrumento ou projeto, mas deve ser concebida como valor que articula as diversas dimensões universitárias para o fim do desenvolvimento humano. Por isso, é essencial a superação do senso comum que leva a olhar a extensão como mero apêndice ou mero assistencialismo, para o qual ganha relevo o diálogo das instituições de educação superior com a comunidade, por meio da publicização da gestão das políticas de responsabilidade social dessas instituições<sup>1</sup> como uma estratégia política de universalização dos direitos humanos, a fim de dar maior representação e controle social à comunidade, desde que não implique, é claro, na interferência da autonomia administrativa e pedagógica das instituições.

### **A fala dos Dirigentes das Instituições de Educação Superior do Estado de Alagoas**

Segundo Moroz (2006), quando não é possível trabalhar com o conjunto total da população em estudo, “deve-se ter uma amostra representativa da população, fato que permitiria generalizar os dados obtidos para a população focalizada”, caso em que a decisão sobre o número de sujeitos a serem investigados deve preencher critérios estatísticos (MOROZ, 2006, p. 76).

---

<sup>1</sup> Termo emprestado de Degennszajh (2000, p. 57/70), usado originariamente para tratar da ampliação da participação da sociedade civil nos conselhos públicos de gestão das questões públicas, como os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Segurança e Educação.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

A presente pesquisa tem por sujeitos pesquisados as IES privadas. O critério definidor da natureza pública ou privada das mantenedoras das instituições de Ensino Superior, que vincula as instituições mantidas por sua natureza subsidiária, extrai-se da Lei de diretrizes e Bases da Educação, conforme o critério da fonte de financiamento, sendo reputadas públicas as que são instituídas e mantidas por ente estatal público, e privadas aquelas outras mantidas por pessoa física ou jurídica de direito privado, ainda que instituídas pelo poder estatal. As instituições privadas, por sua vez, podem ser classificadas de acordo com sua finalidade econômica, ou seja, com fins lucrativos (particulares em sentido estrito) ou sem fins lucrativos, dependendo da existência de distribuição, entre os sócios, membros ou associados, do lucro ou resultado financeiro decorrente da prestação de serviço educacional.

Em Alagoas, segundo o site do Ministério da Educação ([http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12467&Itemid=783](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12467&Itemid=783), acessado em 02 de fevereiro de 2013), estão credenciadas 25 instituições de educação superior presenciais de natureza privada. Cabe considerar, entretanto, que uma das Faculdades, apesar de ter obtido credenciamento institucional e autorização para funcionamento de 7 cursos desde 2011, entre eles o curso de Direito, sequer chegou a lançar edital do vestibular para preenchimento das vagas, e uma outra instituição, desde o primeiro ciclo avaliativo posterior a 09 de março de 1999, data em que obteve o credenciamento institucional, não obtém o recredenciamento do ato inicial, o que explica porque ambas não foram localizadas, foram excluídas do cômputo.

Do que resulta haver apenas 23 instituições de educação superior presencial em todo o Estado de Alagoas que se incluem nos critérios da pesquisa. Após várias tentativas de contato envidadas, através de correio eletrônico, telefone e por escrito mediante ofício, apenas 7 Sujeitos representando 11 instituições dispuseram-se a contribuir com o estudo, o que implica na participação 48% do universo delimitado.

Os Sujeitos participantes declararam que as instituições que representam atendem 33.571 alunos de graduação e especialização (conforme as declarações individuais apresentadas durante as entrevistas), sendo relevante o grau de representatividade no grupo social objeto da coleta final, sobremaneira porque Alagoas, no ano de 2010 (IBGE, 2010), tinha 75.787 no ensino superior sendo 47.600 nas IES, o que significa que os gestores ouvidos dirigem aproximadamente 70,52% da população de educandos de nível superior da iniciativa privada alagoana, ressaltando-se as divergências de fontes e de contexto temporal.

### **2.2 A Percepção dos Dirigentes Acerca da Responsabilidade Social das IES**

Para verificar como os dirigentes das instituições privadas de educação superior do Estado de Alagoas percebem e buscam materializar a responsabilidade social, o instrumento de pesquisa foi dividido em três grupos de perguntas, sendo o último voltado à questão traçada. A primeira pergunta desse último grupo foi “O que é responsabilidade Social das Instituições de Educação Superior - IES?”.

Os discursos em que se constituem as respostas ao último grupo de perguntas são usualmente contraditórios, mas podem ser aglutinados em duas grandes categorias, a primeira,



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

denominada Categoría “A”, consiste na percepção dos dirigentes das instituições pesquisadas acerca do objeto da pesquisa, o que inclui saber não apenas o que eles entendem por responsabilidade social das instituições privadas de educação superior, mas igualmente como interpretam a legislação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Essa categoria subdivide-se em duas outras subcategorias, “A.1” e “A.2”, a primeira delas formada pelas concepções que têm por traço comum o imaginar a responsabilidade social sob uma perspectiva externa, por meio de projetos voltados à comunidade mas com o foco nas relações de poder, demonstrando uma preocupação em instrumentalizar a responsabilidade social como medida de contenção de conflitos com o entorno e com a sociedade em geral, sem situá-las necessariamente diante de valores humanos ou valores de políticas públicas. Por essa perspectiva, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e prática não é levada em conta como caráter essencial a realização do escopo social.

Na segunda subcategoria, “A.2”, enquadram-se as Instituições de Educação Superior que veem sua responsabilidade social para além de medidas e relações externas, mas sim como um dever finalístico, como dever materializado na própria formação cidadã dos educandos, ficando implícita nessa formação o dever de sensibilizar o aluno para os problemas do mundo que o cerca.

A segunda grande categoria, denominada Categoría “B”, envolve o tratamento das práticas sociais das instituições dos sujeitos pesquisados e a coerência dessas práticas com o conceito de responsabilidade social adotado neste trabalho e com as próprias falas dos dirigentes entrevistados. Também essa categoria subdivide-se em duas outras, sendo a primeira “B.1”, constituída pelas instituições de educação superior que apresentem a convergência avaliada, e a subcategoria “B.2” englobando as que não apresentem essa convergência entre discurso e prática.

Os Sujeitos 2, 3 e 6 mostram-se alinhados na subcategoria A.1, os quais propugnam a ideia de manter um canal aberto com a comunidade para fins de desenvolvimento econômico e como política da boa vizinhança, mas mostra alheamento com a formação cidadã como um fim em si mesmo, como se vê nas transcrições abaixo:

SUJEITO 2 - No nosso entendimento, nós temos repetido isso em nossas palestras, as instituições de ensino superior são concessões públicas e as concessões públicas, antes de tudo, elas têm que ter compromisso com o desenvolvimento regional. Isso, no nosso sentimento caracteriza que as instituições devem desenvolver ações que visem a socialização do conhecimento. Não adianta a instituição divulgar um bom trabalho ou gerar novos conhecimentos e esses conhecimentos ficar dentro do campus universitário com seus professores, eles têm que ser socializados e aplicados em benefício da melhoria da qualidade de vida da sociedade, da organização e do desenvolvimento da sociedade. No caso da (nome da instituição), nós temos procurado fazer isso desde que fomos implantados aqui em Maceió. A (nome da instituição) ela tem na sua missão desenvolver pessoas com perfil empreendedor. Empreendedores



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

reflexivos e compromisso no desenvolvimento regional. Então nós levamos isso muito a sério assim tenho um programa de extensão muito consolidado através do qual ela desenvolve diversas ações sociais comunitárias onde ela participa diretamente como geradora de diversos programas de extensão, como, participa concedendo apoio aos diversos segmentos da sociedade seja segmentos social, segmento econômico e segmento público, para contribuir para o desenvolvimento da sociedade maceioense e de Alagoas.

SUJEITO 3 - É desenvolver e aplicar projetos e ações na comunidade como um todo, não do entorno em toda a comunidade, em toda sociedade.

SUJEITO 6 - Pra mim, responsabilidade social é difícil tentar mensurar, é necessário, você começar a criar uma identidade institucional, hoje as grandes marcas das instituições é o que ela faz em seu entorno. Responsabilidade social é você estar participando, se envolver com as questões sociais nas quais a instituição esta inserida e tentar participar contribuir, melhorar pra que de uma forma ou de outra a gente tentar conviver bem, tanto a sociedade conosco e vice versa e tentar criar responsabilidade social nas cabeças de nosso a alunos pois cada dia que passa é mais difícil. Acho que não tem uma denominação específica.

Nesse subgrupo, a extensão permanece como mero apêndice do ensino e o diálogo com a sociedade, quando ocorre, não é aproveitada para estruturar ou enriquecer as políticas internas de responsabilidade social, expressando algumas vezes um meio de obter hegemonia nas relações sociais e atender aos parâmetros da avaliação institucional. O Sujeito 2, nesse passo, baliza a responsabilidade social unicamente no valor econômico, no desenvolvimento regional, o que fica claro na sua fala quando diz que a missão da instituição é formar empreendedores, ainda que críticos, mas o empreendedorismo como sendo o caráter ideal da formação superior, desprezando a um só tempo as demais áreas e competências humanas desejáveis no processo educativo, entre elas a autonomia para a vida com o desenvolvimento da pessoa, dando azo à crítica de que, nessa concepção, o humano é instrumentalizado como uma engrenagem do valor estritamente econômico.

Mesmo quando afirma que a responsabilidade social é a “socialização do conhecimento”, o conjunto de sua fala esclarece que a propagação do conhecimento gerado no interior da instituição se dá em via única, como mais um modo de racionalizar o uso dos equipamentos extensivos obrigatoriamente instalados para fins de credenciamento e autorização de cursos, reduzindo gastos e diversificando as fontes de renda.

Isso resta claro na sua resposta à Pergunta 2 (Existe algum traço diferenciador entre a Responsabilidade Social das empresas em geral e das IES?), quando afirmou: “Não, compromisso deve ser o mesmo. O que diferencia são os fins das atividades” Exatamente nesse



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

trecho da entrevista esse Sujeito demonstrou uma concepção exclusivamente mercantilista da educação na medida em que equipara ambas instituições, empresas em geral e IES, estendendo a essas a natureza exclusivamente comercial daquelas, em contradição a afirmativa anterior de que a educação é bem público. Ora, se é bem público os objetivos mercantis deveriam andar de mãos dadas com os objetivos públicos. Não é o que conclui o Sujeito analisado no conjunto de sua fala, apesar do discurso inicial contido na resposta à primeira pergunta.

Essa contradição é reafirmada na resposta à questão 3 (Qual a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos projetos político-pedagógicos institucionais e dos projetos pedagógicos dos cursos no que se refere às atividades relativas à responsabilidade social da IES que o Sr.(a) representa?), ao registrar a importância da sincronicidade entre políticas institucionais e ações sociais, mas sem conseguir indicar uma ação sequer que tenha sido pensada como resultado de problemas concretos da sociedade ou que resultasse do diálogo com a comunidade. Ou seja, a contradição reside exatamente na inexistência de valores e políticas que infirmem sua natureza exclusivamente comercial.

Tal contradição é uma falácia discursiva que caracteriza quase todas as respostas dos demais Sujeitos, conquanto todos, à exceção dos Sujeitos 7 e 4, fizeram esforço para pontuar as IES como entidades à parte no universo das empresas em geral, mas, quando impelidas a responderem sobre de que modo as Instituições de Educação Superior devem ser responsabilizadas quando não cumpram sua Responsabilidade Social (Pergunta 11), pergunta que pressupõe haver uma sanção natural aos deveres não cumpridos, mostraram ânimo bem diferente.

Para ficar cristalina a contradição apontada, observe-se algumas afirmações à Pergunta 2:

“As ações de responsabilidade das empresas em geral são pontuais, ao passo que as ações sociais das IES são permanentes” (Sujeito 4); “a responsabilidade social das IES é voltada à sociedade. IES formam os formadores de opinião” (Sujeito 5); “Sim. IES focam a formação do indivíduo” (Sujeito 3); “Sim. A responsabilidade social das IES é uma obrigação do MEC” (Sujeito 7).

Entretanto, à Pergunta 11 mencionada, os mesmos Sujeitos alegaram:

“A responsabilidade social é a alma da IES, não há como ser responsabilizada por algo que já faz. (Nome da instituição) é velado pela Promotora de Fundações, que tem sido muito rígida” (Sujeito 1); “responsabilizar a IES seria desleal. Injusto. A responsabilidade social é assunto da IES” (Sujeito 2); “Não. Depende de cada IES” (Sujeito 3); “Sim. Por meio do SINAES” (Sujeito 4); “Não, a responsabilidade já está arraigada às IES” (Sujeito 5); “Difícil uma IES não fazer nada” (Sujeito 6); “Já que é uma concessão de ensino público, deve ser obrigada desde que tenha condições para (cumprir) as exigências” (Sujeito 7).



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

Como se vê, apenas os Sujeitos 4 e 7 são coerentes entre assumir a educação como bem público e admitir a responsabilização das IES diante do eventual descumprimento das obrigações sociais. Os demais afirmam ser “impossível” haver instituição irresponsável socialmente porquanto todas têm “ações sociais”, e essas respostas dizem muito mais sobre o que elas pensam acerca da responsabilidade social do que responderam na Pergunta 1, onde puderam formular resposta mais coerente com a fala do que com a prática. Nesse sentido, o Sujeito 3 já havia dito, como transcrito em outra oportunidade, que responsabilidade social é aplicar ações, quaisquer que sejam, desde que no entorno, sendo corroborado pelo Sujeito 6, que consignou por sua vez que a responsabilidade social são ações que visam conviver bem, sem conflitos com o entorno. Logo, a IES agiria após gerado o conflito e sem outro sentido senão mitigar danos a sua imagem.

Mas, precisamente por depender em parte dos valores individuais dos gestores para sua execução e adequação aos fins a que se propõem, as políticas institucionais de responsabilidade social correm o risco de ficarem circunscritas ao universo desses valores, os quais são profundamente moldados pelo dever do dirigente de obter lucro ao seu empregador. Nesse sentido, veja-se a resposta dada pelo Sujeito 6 à Pergunta 6:

É como você falou, não muito é definido, quando se começa a falar de responsabilidade social, e na cabeça de todos é a questão da ajuda ao próximo, e aí é uma fila de pedidos, então se você pensar que na maioria da cabeça das pessoas é ajudar o próximo, a gente como gestor fica numa situação difícil, acaba negando vários pedidos porque a quantidade é grande, e nenhuma IES sobrevive assim.

Apesar de a resposta ter fugido às razões explícitas da pergunta, esclarece bastante quanto a percepção do Sujeito entrevistado do que seja gestor educacional ante a responsabilidade social: mero distribuidor de benesses que se vê obrigado a ceder em alguns momentos, e a negar pedidos em muitos outros, para o bem da saúde financeira da IES. Tal é sua concepção, tal é o quadro das ações que desenvolve, as quais podem ser designadas de paroquiais, pois, mais do que a preocupação com a sensibilização dos egressos aos problemas sociais, visam manter um bom relacionamento com a comunidade do entorno.

A confusão entre componentes curriculares obrigatórios, prestação de serviços ou ações pontuais e responsabilidade social persiste nos demais integrantes desse subgrupo B.2, como se vê das respostas à Pergunta 5 (“Quais as estratégias e ações que a IES que o Sr.(a) representa tem desenvolvido para atender a sua Responsabilidade Social, nos termos da Lei 10.861/2004, art. 3º, inciso III, e do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para fins de recadastramento das IES, especialmente no que se refere”). Em suas respostas, também os Sujeitos 1, 2 e 3 apresentaram o cumprimento de dever legal, racionalização dos custos de laboratórios e ações de marketing como sendo comprovação de sua responsabilidade social, tal como a inserção dos alunos em estágios obrigatórios, acesso dos laboratórios obrigatórios (odontologia, escritório jurídico e outros) ao público, bolsas de estudos mediante convênios (com a intenção oculta de fidelizar mercados), bolsas de estudo decorrentes de programas federais (Fies, prouni),



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

acessibilidade móvel de suas dependências (obrigação urbanística decorrente do Código de Urbanismo de Maceió).

Diferentemente, as instituições 4, 5 e 7, integrantes da subcategoria B.1 têm por traço comum a interdisciplinaridade das ações desenvolvidas, integrando obrigatoriamente o corpo docente e discente e a comunidade no planejamento e execução desses projetos, todos eles tendo por força imanente uma disciplina integrante das matrizes curriculares cujo objeto é a reflexão dos problemas sociais locais. Decorrente dessa disciplina, cada instituição, ao seu modo, estrutura sua responsabilidade social em que se evidencia o escopo de resolver um problema social detectado na vivência da comunidade em projetos culturais e sociais internos.

O Sujeito 4, após ouvir as queixas dos comunitários do entorno acerca das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, detectou, em trabalho conjunto dos cursos de contabilidade, informática e serviço social, que o perfil profissional dos moradores dessa comunidade era relacionado às atividades meio das empresas de Maceió, como secretárias, auxiliares de escritório e outros empregos assemelhados, para os quais o manejo de plataformas tecnológicas, como editores de texto, são fundamentais. Em razão disso, desenvolveu com seus alunos e professores um programa de inclusão digital, que inclui a orientação na confecção de currículos profissionais aumentando a empregabilidade dos beneficiados.

Por outro lado, a mão de obra dos projetos institucionais de conscientização ecológica realizados pelas instituições dos Sujeitos do subgrupo B.1, ao contrário dos Sujeitos do subgrupo B.2, não são prestadores de serviço contratados especificamente para esse fim, mas é composta de alunos e professores de todos os cursos ofertados para o escopo de cumprimento da matriz curricular. Um desses projetos, reportado pelo Sujeito 4, foi elaborado em vista da solicitação de uma cooperativa de reciclagem de lixo que percebeu que os cidadãos de sua área de atuação eram reticentes a sua ação por falta de conhecimento sobre a importância socioeconômica de sua atividade. Outro projeto é ainda mais interessante: trata-se da formação de agentes sociais, também pela instituição do Sujeito 4, capacitados após um curso de 400 horas a ouvir e compreender os problemas das comunidades onde os futuros agentes estão inseridos, e, assim, fornecer aos seus concidadãos as primeiras orientações e os encaminhamentos burocráticos devidos para fins de resolução desses problemas, cujos instrutores são os alunos da IES.

A instituição liderada pelo Sujeito 5 mantém diversas ações sociais, fomentadas por meio de uma disciplina componente de todas as matrizes curriculares denominada “estudo dirigido”, com 10 horas semestrais, cujo conteúdo são temas de interesse social locais trabalhados semestralmente. Essa disciplina é articulada com um planejamento junto aos líderes comunitários dos bairros circunvizinhos à instituição, e resultaram em intervenções sociais nos equipamentos urbanos locais, algumas com a participação dos poderes públicos e outras em razão da contribuição de voluntários. A instituição representada pelo Sujeito 5 é muito recente, com três anos incompletos de atuação, circunstância que destaca as conquistas sociais alcançadas, sobretudo com a participação do alunado. O Projeto Político Pedagógico do futuro curso de serviço social, já autorizado, tem como objetivo geral o planejamento de questões sociais locais a serem tratadas internamente por meio de projetos interdisciplinares, fortalecendo a dimensão social do processo formativo dos egressos de todos os alunos.





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

#### **Considerações finais**

A rigor, a avaliação do caráter efetivamente social das IES depende da concepção de responsabilidade social adotada. Reputá-la como a ética institucional é se propor a verificar a coerência entre os valores políticos internos com as práticas desenvolvidas. Esse viés exige o amplo acesso aos documentos políticos das IES, notadamente o PDI, operação que tem se mostrado de difícil realização conforme relatado pelos diversos pesquisadores da área, mesmo porque trata-se de documento por sua própria natureza restrito aos departamentos mais centrais das instituições porque revelam dados que, em regra, devem ser mantidos em segredo.

Por sua vez, na concepção adotada nesta pesquisa, há que se considerar seu caráter dinâmico resultado do diálogo que deve haver entre a IES e a comunidade, e, mesmo dentro da instituição, como resultado da dinâmica do processo ensino-aprendizagem e sua relação com a extensão. Evidente, essa concepção não despreza os valores éticos da organização, ao contrário, têm-nos mesmo como primordiais, desde que enriquecidos pelo diálogo com a comunidade.

Atendidos os objetivos propostos de compreender o conceito da responsabilidade social de instituições privadas de educação superior à luz de dado referencial teórico e de identificar o entendimento dos mantenedores e dos dirigentes das instituições privadas de educação superior de Alagoas sobre o conceito da responsabilidade social no seu segmento, pode-se concluir que o fenômeno tem sido percebido e aplicado nas instituições investigadas dos mais diversos modos, mas nem sempre com coerência, pois nem sempre convergentes com os valores e princípios sociais da região ou Estado em que estão inseridas.

Avaliando os valores éticos assumidos pelas instituições e a percepção de seus dirigentes, é possível constatar quanto a maior parte delas que inexistente responsabilidade social sob o prisma teórico adotado como referencial das pesquisas, conquanto, os valores éticos dessas instituições é eminentemente utilitarista, reduzindo as atividades de extensão ao assistencialismo.

Por outro lado, as demais instituições, que demonstraram coerência entre o discurso e as práticas, têm a extensão como o campo próprio ao desenvolvimento humano e social dos egressos, construindo pontes comunicativas e extensivas com a comunidade em um modelo dialogal. Nessas, constatou-se a imprescindibilidade dos projetos pedagógicos de curso nas práticas sociais e o papel fundamental dos coordenadores de curso na formação social dos egressos, destacando-se a existência de disciplinas transversais colmatas para o fim de debater os problemas sociais locais.

Por isso, não se pode afirmar com segurança se essas últimas instituições são socialmente responsáveis, pois, tal constatação dependeria da análise da coerência entre os projetos pedagógicos e as práticas de ensino, o que não é objeto desta pesquisa.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

#### Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALAMI, Sophie, DESJEUX, Dominique, GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle. **Os Métodos Qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Responsabilidade Social Universitária: Contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil**. Estudos (Brasília), Brasília, v. 36, n. 36, p. 7-22, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A Reforma do estado e as Políticas de Formação de Professores nos anos 90**. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs). Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades. Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, Maio de 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

GOERGEN, Pedro. **Educação superior entre formação e performance**. Avaliação (Campinas) vol.13 no.3 Sorocaba Nov. 2008

HAAS, Celia Maria. **Responsabilidade Social da Educação Superior: uma abordagem na perspectiva do diálogo interdisciplinar**. Revista Responsabilidade Social, v. 4, p. 19-28, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2013**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 Mar. 2013.

LOHN, Vanderléia Martins. **Sistemática Para Seleção de Projetos de Responsabilidade Social com Impacto no Negócio das Instituições de Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009;

LUNA, Sérgio. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002. 5. ed.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O Processo de Pesquisa: Iniciação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006. 2ª. ed.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

PERTILE, Luis Carlos. **Compromisso Social Empresarial ou Responsabilidade Social das Empresas: o mercado no lugar do Estado?** Tese de doutorado, PUC/RS, Faculdade de Serviço Social, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez Editora, 2004 (3ª edição).

SENNETTE, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reforma da Educação Superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

VALLAEYS, François. **Que significa responsabilidade social universitária?** Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 35-55, mar. 2006.

WAGENBERG, Alan. **A urgência da responsabilidade social universitária.** Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 27-34. mar.2006.